



**GOVERNO DA
GUINÉ-BISSAU**

**MINISTÉRIO DA DOS COMBATENTES DA LIBREDADE
DA PATRIA
GABINETE DO MINISTRO**

**CONVENÇÃO ANUAL DOS ESTADOS MEMBROS SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO, PRODUÇÃO,
ARMAZENAMENTO, TRANSFERÊNCIA DE MINAS ANTIPESOAIS E A SUA DESTRUIÇÃO**

Ilustríssimo Diretor da Convenção sobre a interdição de uso, armazenamento, produção, transferência e destruição das minas antipessoais, Senhor Juan Carlos

Distintas/os Representantes dos Estados Membros;

Distintas/os convidadas/os e participantes;

Minhas senhoras e meus senhores;

Em nome do Governo da Guiné-Bissau e em meu nome próprio, na qualidade do Ministro dos Combatentes da Liberdade da Pátria, quero em primeiro lugar, transmitir a mensagem de saudações e de gratidão do primeiro ministro da Guiné-Bissau a todos os representantes dos estados membros da Convenção e o Comité executivo organizador deste magnífico evento, aqui presentes, bem como, aqueles que, por um motivo ou outro, não puderam estar presentes, a qual me associo, acrescentando os meus votos de boa saúde a todos e desejos que os trabalhos decorram num ambiente de harmonia e humanismo.

Muito obrigado a todos, por me permitir subir este reservado Palco para fazer o uso da palavra para exprimir e partilhar convosco as preocupações do meu País, mais uma vez manifesto os meus sentimentos de reconhecimento e de gratidão.

A minha presença aqui exprime a posição cimeira do estado da Guiné-Bissau e o firme compromisso de tudo fazer para prover todos os meios necessários para a melhor condução do processo de identificação, remoção e destruição de todos os engenhos explosivos e minas antipessoais, espalhados por todo o território nacional.

O Estado da Guiné-Bissau faz um vibrante apelo aos doadores e aos seus parceiros para continuar a apoiar esta nobre causa, validando o pedido de extensão apresentado, para ajudar o País a acabar com este flagelo que assola a população que já vive em situações deploráveis. Os engenhos explosivos e as minas, para além de fazerem constantemente vítimas, privam a população de acesso aos seus espaços de cultivo, onde tiram o seu incipiente sustento para a família.

Dirijo-me aos estados membros e aos credores para pedir que analisem com humanismo, que vos é característico, o pedido do período da extensão de, pelos menos, 36 meses, no âmbito do artigo 5º. da Convenção de OTTAWA, a proposta elaborada e apresentada pelo CAAMI, objeto de abordagem nesta importante reunião, revestida de argumentos tecnicamente convincentes.

É verdade que a Guiné-Bissau beneficiou de 24 meses de período de extensão, mas tendo em conta as enormes dificuldades de mobilizar os fundos acrescidas à falta do pessoal técnico e meios necessários para o CAAMI, cumprir as suas funções e atribuições.



Devemos sublinhar que quando chegamos a então Secretaria de Estado, atualmente MCLP, esta importante instituição de coordenação da ação antiminas, CAAMI, estava no estado de abandono total, as ONG's, nomeadamente, o HUMAID, que detinham conhecimentos técnicos e operacionais se encontravam completamente desmembrados.

Tudo isso deveu-se à precipitada declaração feita a convenção, por um representante da Guiné-Bissau, em como o País estava livre de engenhos explosivos e minas. Esta declaração foi direta e/ou indiretamente responsável pela perda de vidas humanas por causa de várias explosões de minas que ocorreram, que poderiam ser evitadas não fossem interrompidos os trabalhos de desminagem.

Assim, com a entrada de fundos, doados pelos Reino dos Países Baixos e Reino da Noruega, que os trabalhos, de preparação, formação dos técnicos do CAAMI e das ONG's locais, da sensibilização a população, mapeamento geográfico, deram o início.

A Guiné-Bissau está e estará sempre reconhecidamente grata a esses dois países, porque as suas doações permitiram o País voltar a acreditar na possibilidade de vencer estes pesados desafios, representam também a expressão do mais alto valor humanístico, decerto contribuíram para salvar vidas.

Por conseguinte, o período de extensão concedido ao meu País não foi suficiente para concluir a pesquisa não técnica, contudo certifico-vos que foi feito um excelente trabalho. Exemplo disso, duas semanas antes de sair da Guiné-Bissau, assistimos um ato de destruição de engenhos explosivos identificados e removidos.

A cerimónia contou com a presença do Primeiro Ministro, o Ministro da Defesa e demais representantes das instituições do Estado, a sociedade civil e organizações não governamentais. Minhas senhoras e meus senhores.

A Presença do PM, nesse ato, confirma o engajamento do estado da Guiné-Bissau na execução do processo de desminagem e o solene compromisso em não trazer ao País e nem transferir muito menos armazenar qualquer engenho ou mina antipessoal.

Portanto a luta contra este flagelo foi definida pelo Governo como uma das prioridades inadiáveis, tendo em conta a situação económica e social do nosso País, em que tudo é prioritário.

Muito Obrigado pela atenção dispensada, termino renovando os meus agradecimentos, confessando estar reconhecidamente grato pela oportunidade que a organização deste importante evento nos concedeu para partilhar com convosco as preocupações do nosso País.

Bissau, 18 de Junho de 2024

Ministro

Augusto Nhaga